

## CTEEP

# Trabalhador, a decisão é sua!

**Assembleias serão realizadas nos próximos dias para analisar a proposta retirada na audiência no TRT na terça-feira, 13 de agosto. Participe!**

Na tarde de terça-feira (13), dirigentes do Sinergia Campinas estiveram presentes à audiência de conciliação referente ao pré-dissídio coletivo, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT), em Campinas, com representantes da Cteep.

Na ocasião, diante do impasse criado nas negociações da Campanha Salarial 2019, a empresa encaminhou a seguinte proposta:

- ✓ **Reajuste salarial:**
  - 4,7% (IPCA) para salários de até R\$ 12 mil;
  - Para salários acima de R\$ 12.000,00, reajuste no valor fixo de R\$ 564,00;
- ✓ **Vale Alimentação:** reajuste de 7,32%, passando de R\$ 326,10 para R\$ 350,00 (ou seja, acréscimo R\$ 24,00);
- ✓ **Vale refeição:** reajuste de 4,85%, passando de R\$ 1.030,00 para R\$ 1.080,00 (ou seja, um acréscimo de R\$ 50);
  - Desconto de R\$ 0,01 no VR e VA.
- ✓ **Extinção da Função Acessória** - indenização: valor total recebido nos últimos 24 meses + parcela paga em ju-



lho/2019 (referente as dirigidas de junho/2019), parcela única (data a verificar, dependendo da aprovação e assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho).

✓ **Reposição dos demais benefícios:** 4,70% entre eles: Gratificação de Férias, Auxílio Creche e Auxílio Bolsa de Estudo.

Ainda sobre a Função Acessória, a Cteep assumiu os seguintes compromissos:

- ▶ Reunir-se com Sindicato em até 30 dias para discutir uma proposta para revisão do Termo de Responsabilidade dos trabalhadores que dirigem veículo;
- ▶ Apresentar, em até 90 dias à entidade sindical, a minuta do novo regulamento que trata da responsabilidade dos tra-

balhadores que dirigem veículos, antes da sua publicação oficial aos trabalhadores e;

▶ Avaliar uma proposta que contemple uma política diferenciada a trabalhadores que dirigem veículos especiais.

### ASSEMBLEIAS DECISIVAS

Todos os pontos da proposta, inclusive da PLR (leia no quadro ao lado), serão analisados pelos trabalhadores nas assembleias que serão realizadas em toda a base até o próximo dia 21 de agosto.

Depois disso, o Sindicato informará ao Tribunal o resultado das assembleias num prazo máximo de 48 horas.

Participe! A decisão é dos trabalhadores. Desde sempre, só a luta te garante!

## Confira os detalhes da PLR

Para resolver o impasse gerado por sua própria intransigência, a direção da Cteep apresentou na reunião de conciliação do TRT, na terça-feira (13), em Campinas, uma proposta para resolver também a questão da PLR.

A empresa se comprometeu a reunir-se em um prazo de 30 com o Sindicato para realizar o esclarecimento das metas.

Também existe o compromisso de realização de reuniões presenciais com o Sindicato a cada três meses para aferição dos números referentes às metas.

Com relação à PLR 2020, já garantida no Acordo Coletivo, será realizada negociação sobre os indicadores e metas até fevereiro próximo.

# ‘Reforma’ da Previdência chega ao Senado. E pode piorar, segundo analista

**Relator do projeto na Casa é dono da maior fortuna entre os 81 senadores, com quase R\$ 400 milhões declarados. Proposta de capitalização pode voltar**

O Senado recebeu na tarde de quinta-feira (8) o projeto de “reforma” da Previdência, aprovado em dois turnos na Câmara com larga margem. A previsão é de que o texto seja lido no plenário para já seguir à análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

As últimas tentativas de modificar a proposta, por meio de destaques, foram derrubadas no segundo turno. E existe a possibilidade de que o texto fique ainda pior do ponto de vista do trabalhador, como alerta o analista político Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O relator será Tasso Jereissati (PSDB-CE), que segundo o site Congresso em Foco é, entre os 81

senadores, dono da maior fortuna informada à Justiça Eleitoral, com R\$ 389 milhões, entre bens e patrimônio declarados.

Entregue pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a seu colega no Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o texto-base chega sem alterações. No primeiro turno da Câmara, foi aprovado por 379 a 131 votos. No segundo, ontem, por 370 a 124.

No Senado, depois da CCJ – que tem prazo de 30 dias para fazer a análise e votar –, o projeto também precisa ser aprovado em dois turnos, com dois terços dos votos (54) do plenário.

Entre outras mudanças, a proposta aumenta o tempo para ter direito à aposentadoria, reduz valores e im-

põe regras de transição para quem está na ativa. Tasso já declarou que pretende aprovar o “coração” da proposta “o mais rápido possível”. A expectativa é de concluir a votação em até dois meses. A oposição tentará atrasar a tramitação.

“Zero de possibilidades de melhorar”, disse Toninho, do Diap, em entrevista à Agência Sindical. “Mas é forte a chance de haver retrocessos em relação ao texto aprovado pelos deputados.”

O risco de abranger a capitalização volta a ser grande. “O governo tem maioria ampla”, alertou. A capitalização, defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, acabou excluída do projeto aprovado na Câmara.

**Fonte: Redação RBA 08/08/2019**

